



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Pró-reitoria de Assuntos Financeiros
Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares - Assessoria Técnica

Edital

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2022

(Processo Administrativo nº 23083.077000/2021-63)

Torna-se público que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio do Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares, sediada na BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 17/11/2022

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **Equipamentos de Laboratório - grupo 52.08**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*
- 1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos

interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles tornem desatualizados.
 - 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
 - 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
 - 4.1.2. **Para os itens, cujo valor seja de até R\$80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, exceto o item 70, pois foi dividido em cota reservada e cota principal. Sendo o item 71 a cota reservada do item 70.**
 - 4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - 4.2.8. Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

- 4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - 4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - 4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 6.1.1. valor unitário e total do item;
 - 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Fabricante;
 - 6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
 - 7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.*
- 7.10. *A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.*
- 7.11. *Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*
- 7.11.1. *Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*
- 7.12. *Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.*
- 7.12.1. *Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.*
- 7.13. *Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.*
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 7.18. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:
- 7.26.1. no país;
 - 7.26.2. por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação

fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três), sob pena de não aceitação da proposta.
 - 8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo
 - 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
 - 9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 - 9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de

2019.

- 9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

- 9.11.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. Qualificação Econômico-Financeira

- 9.13.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.13.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 9.13.2.1. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 9.13.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 9.13.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 9.13.3. comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10%(dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14. Qualificação Técnica:

- 9.14.1. **Atestado de fornecimento de itens correlacionados ao objeto em quantidades mínimas de 10% do quantitativo solicitado. Será aceita a soma de atestados cujo fornecimento tenha se dado no mesmo ano.**
- 9.14.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.
- 9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.22. *O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*
- 9.22.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação*

recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

- 9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*
- 10.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*
- 10.1.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*
- 10.2. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*
- 10.3. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.*
- 10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desdelogo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico,

em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 1.1. *Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.*

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. *Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.*
- 16.2. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*
- 16.3. *O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser*

prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

16.4.1. *Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.*

17. DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE AO TERMO DE CONTRATO

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será emitido instrumento equivalente AO Termo de Contrato.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para *aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste Edital.

17.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

17.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;*

17.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;*

17.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.*

17.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.5. Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

- 21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 22.1.3. apresentar documentação falsa;
 - 22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 22.1.6. não mantiver a proposta;
 - 22.1.7. cometer fraude fiscal;
 - 22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 22.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 22.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante

a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 23.1. *Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.*
- 23.2. *A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.*
- 23.3. *Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.*
- 23.4. *Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.*

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao_dmsa@ufrj.br, pelo Tel./Fax: (21) 2682-1241, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000, seção de Pregão – Sala 21 do Prédio Principal.

- 24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 24.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contada data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço período

no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

25.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

25.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

25.12.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;

25.12.4. ANEXO IV- Modelo de Declaração de Sustentabilidade.

....., de de 20.....

Assinatura da autoridade competente



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros
Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º23083.077000/2021-63

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **Equipamentos de Laboratório**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Agitador magnético, material: gabinete metálico, anticorrosivo, ajuste: ajuste digital, capacidade: até 2 l, rotação: até 2000 rpm, temperatura: controle temperatura até 300°C, temporização: com temporizador até 1000 min	408754	Unidade	8	R\$ 1.057,77	R\$ 8.462,16
2	Agitador magnético, material: gabinete metálico, anticorrosivo, ajuste: ajuste mecânico, capacidade: até 10 l, rotação: até 2000 rpm, temperatura: controle temperatura até 300°C	408755	Unidade	10	R\$ 1.353,72	R\$ 13.537,20
3	Agitador magnético, material: gabinete metálico, anticorrosivo, ajuste: ajuste mecânico, capacidade: até 10 l, rotação: até 2000 rpm, temperatura: controle temperatura até 350°C	440606	Unidade	4	R\$ 1.252,76	R\$ 5.011,04
4	Agitador mecânico, tipo: tipo vortex, ajuste: ajuste mecânico, rotação: até 3500 rpm, adicional: operação contínua e pulso, componentes: pés ventosos em borracha	415320	Unidade	11	R\$ 1.604,26	R\$ 17.646,86
5	Aparelho anestesia, tipo: compacto, componentes: mini ventilador, vaporizador universal, manômetro, tipo sistema: sistema segurança, campânula com fole1000ml, uso: pequenos animais, características adicionais: suporte reserva vaporizador, botão fluxo direto 02, outros componentes: filtro valvular, haste ciclagem volume corrente, acessórios: base móvel c, gavetas c, chaves, suportecilindros	361245	Unidade	1	R\$ 14.750,80	R\$ 14.750,80
6	Aparelho purificador de água, tipo: osmose reversa, eletrodeionização ou destilação, voltagem: 110,220 v, vazão: 20 l/h, características adicionais: lâmpada ultravioleta, microfiltro	414334	Unidade	1	R\$ 3.497,39	R\$ 3.497,39
7	Aparelho ultrassonografia, material gabinete: portátil, aplicação: uso veterinário, características adicionais: transdutores	449853	Unidade	1	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00

	multifrequenciais, microconvexa, linear e transretal multifrequencial de 5 a 7mhz., componentes: tela com cerca de 15", outros componentes: memória para aproximadamente 100 imagens					
8	Autoclave, material: aço inox, tipo: horizontal, modelo: pré- vácuo, operação: automática, digital, característica adicional: sistemas de secagem e segurança, volume câmara: cerca de 75 l, composição: sensores temperatura e pressão, alarmes, outros componentes: 1 porta	389683	Unidade	4	R\$ 11.073,96	R\$ 44.295,84
9	Afastador cirúrgico, tipo: finochietto, material: aço inoxidável, tamanho: médio, dimensões: 45 x 65 x 200mm	474090	Unidade	1	R\$ 1.463,48	R\$ 1.463,48
10	Aparelho anestesia, tipo: ventilador microprocessado eletrônico, componentes: fluxômetro duplo, tipo sistema: válvula pop-off metal, balão 25 l, uso: animais grande porte, características adicionais: manômetro -10 a 100cm h2o, botão inspiração manual.	408004	Unidade	1	R\$ 58.109,93	R\$ 58.109,93
11	Aparelho purificador de água, tipo: osmose reversa, eletrodeionização ou destilação, peso: 17,4 kg, voltagem: 110,220 v, largura: 25,50 cm, altura: 45,50 cm, profundidade: 35,50 cm, características adicionais: lâmpada ultravioleta (254 a 185 nm), filtro micro, vazão: 1,5 l/min	274602	Unidade	9	R\$ 1.853,67	R\$ 16.683,03
12	Balança precisão, capacidade máxima: 6,10 kg, resolução: 0,01g, comprimento: 172 mm, largura: 172 mm, altura: 120 mm, quantidade dígitos: 6-un comprimento prato: 172 mm, largura prato: 172 mm, tipo painel cristal líquido com iluminação	230076	Unidade	6	R\$ 5.118,00	R\$ 30.708,00
13	Banho maria, ajuste: ajuste digital com painel de controle, volume: cerca de 10 l, componentes: com tampa cônica, temperatura: até 70°C	414532	Unidade	1	R\$ 2.139,52	R\$ 2.139,52
14	Banho maria, ajuste: ajuste digital com painel de controle, volume: cerca de 10 l, componentes: com termômetro digital, temperatura: até 100°C, adicional: com agitação de água, temporização: com temporizador até 10.000 min	414536	Unidade	13	R\$ 1.821,22	R\$ 23.675,86
15	Banho maria, ajuste: ajuste digital com painel de controle, volume: cerca de 30 l, componentes: com tampa cônica, temperatura: até 150°C, adicional: com agitação de água	414527	Unidade	1	R\$ 3.738,17	R\$ 3.738,17
16	Banho maria, ajuste: ajuste mecânico, com visor digital, volume: cerca de 35 l, componentes: com tampa cônica, temperatura: controle temperatura até 100°C, adicional: tipo dubnoff, rotação: agitação recíprocante, até 250 bpm, característica adicional: plataforma cerca de 25 x 40	432666	Unidade	1	R\$ 12.082,21	R\$ 12.082,21
17	Banho termostático, ajuste digital, c/ painel de controle, temperatura de -20°C ou menor até 80°C ou maior, componentes com bomba de circulação externa, vazão até 10 l/min ou maior	415147	Unidade	3	R\$ 15.274,57	R\$ 45.823,71

18	Biombo hospitalar, material: aço inoxidável polido tubular, acabamento da estrutura: pintura em epóxi, tipo: triplo dobrável, altura: 1,80 cm, comprimento: comprimento 2,00 aproximadamente, aberto cm, tipo de rodízio: ponteiros giratórias	405840	Unidade	5	R\$ 515,27	R\$ 2.576,35
19	Bisturi circular, material aço inoxidável, diâmetro 4, características adicionais keys.	450092	Unidade	3	R\$ 120,73	R\$ 362,19
20	Bisturi circular, material aço inoxidável, diâmetro 8, características adicionais keys	321461	Unidade	3	R\$ 120,03	R\$ 360,09
21	Bomba de infusão, material: policarbonato, tipo: volumétricas (linear), vazão: 0,1 a 999,9 ml/h, administração: enteral, parenteral, características adicionais: alça para transporte, teclado de membrana, características adicionais 01: sensor de pressão, programação: programação ml/h, gotas, volume, tempo, dose: dose em mg, mcg, mmol e meq	406357	Unidade	3	R\$ 5.709,66	R\$ 17.128,98
22	Balança eletrônica, capacidade pesagem: 25 kg, voltagem: bivolt v, características adicionais: display, concha anatômica polipropileno, antigerme, tipo: antropométrica para pesar bebês, dimensões: 55 x 33 x 8,50 cm, tipo painel: display lcd, teclado membrana selada, material: polipropileno injetado	457135	Unidade	3	R\$ 719,98	R\$ 2.159,94
23	Capela exaustão, tipo: de gases, material: fibra de vidro, dimensões: cerca de 80 x 60 x 90 cm, componentes: janela corredeira com contra peso, outros componentes: com lâmpada interna, vazão: até 250 m3/h	424852	Unidade	4	R\$ 2.555,24	R\$ 10.220,96
24	Capela fluxo laminar, material base: aço inoxidável, dimensões externas aproximadas: 1600 x 1170 x 810 cm (L x A x C)	403759	Unidade	3	R\$ 23.126,67	R\$ 69.380,01
25	Capela fluxo laminar, material base: madeira, tipo: vertical, tensão alimentação: 110,220 v, revestimento: plástico laminado, componentes: bicos p/gás e vácuo, lâmpada germicida e tomada au, aplicação: laboratório de pesquisa, características adicionais: iluminação lâmpada fluorescente interna, janela fr	304884	Unidade	1	R\$ 21.877,67	R\$ 21.877,67
26	Carrinho transporte, material: aço, tratamento superficial: pintura epóxi, capacidade: 150 kg, altura: 94 cm, largura: 57 cm, quantidade rodas: 4, material rodas: borracha, tipo: plataforma, características adicionais: com 3 bandejas, comprimento: 90 cm, aplicação: movimentação material	259240	Unidade	7	R\$ 1.251,57	R\$ 8.760,99
27	Carro de emergência hospitalar, estrutura: chapas de aço pintado em tinta epóxi, suporte: suporte para monitor, base giratória, rodízios: com rodízios, características adicionais 01: suporte soro e cilindro de O2, acessórios: tábua de massagem cardíaca, acessórios 02: trava de gavetas com lacre	410763	Unidade	1	R\$ 2.709,63	R\$ 2.709,63
28	Centrífuga, tipo para tubos e microplacas, ajuste, ajuste digital, c/ painel de controle, programável, volume até 1000 ml, temporização temporizador até 12 h, adicional segurança tampa aberta, alarme	434442	Unidade	2	R\$ 42.745,57	R\$ 85.491,14

	desbalanceamento 110 v. Características adicionais: Rotor de ângulo fixo; capacidade de 12 tubos de 15 ml ou 8 tubos de 50 ml, velocidade entre 300 a 15000 rpm, não há necessidade de ser refrigerado.					
29	Centrífuga, tipo: p, microhematócrito, ajuste: ajuste mecânico, botão controle velocidade, capacidade: até 24 capilares, rotação: até 15.000 rpm, temporização: temporizador até 60 min, componentes: c, trava segurança na tampa	421867	Unidade	2	R\$ 5.025,71	R\$ 10.051,42
30	Centrífuga, tipo: para tubos e microtubos, ajuste: ajuste digital, com painel de controle, programável, volume: até 500 ml, rotação: de 15.000 até 20.000 rpm, temperatura: controle temperatura até 40°C, temporização: temporizador até 10 h, adicional: segurança tampa aberta, alarme desbalanceamento. Características adicionais: Rotor de ângulo fixo, capacidade de 12 tubos de 15mL, equipamento deve ser refrigerado.	453429	Unidade	3	R\$ 50.353,54	R\$ 151.060,62
31	Centrífuga, tipo: para tubos, ajuste: ajuste digital, c, painel de controle, programável, volume: até 15 ml, capacidade: até 16 unidades, rotação: de 3000 até 5000 rpm, temporização: temporizador até 99 min, adicional: segurança tampa aberta, alarme desbalanceamento. Características adicionais: Rotor de ângulo fixo, capacidade de 12 tubos de 15mL.	418925	Unidade	5	R\$ 16.319,57	R\$ 81.597,85
32	Centrífuga, tipo: para tubos, ajuste: ajuste digital, c, painel de controle, programável, volume: até 15 ml, capacidade: até 16 unidades, rotação: de 3000 até 5000 rpm, temporização: temporizador até 99 min, adicional: segurança tampa aberta, alarme desbalanceamento. Características adicionais: Rotor de ângulo fixo, capacidade de 12 tubos de 15mL. Cota reservada para ME/EPP referente ao item 31.	418926	Unidade	1	R\$ 16.319,57	R\$ 16.319,57
33	Colete imobilização, material: tecido sintético e haste de madeira maciça, modelo: resgate tipo Ked, tipo fechamento: 5 cintos com fivelas de poliamida, componentes: jogo de tirantes almofadas, capacidade: 120 kg, tamanho: 82 cm, aplicação: resgate de feridos politraumatizados	248184	Unidade	3	R\$ 252,27	R\$ 756,81
34	Destilador água, capacidade: 10 l/h, voltagem: 220 v, características adicionais: desligamento automático na falta d'água; lâmpada, aplicação: laboratório, material: aço inox Aisi 304	441546	Unidade	1	R\$ 2.691,53	R\$ 2.691,53
35	Destilador água, capacidade: 5 l/h, voltagem: 127,220 v, características adicionais: desligamento automático na falta d'água; lâmpada, material: aço inoxidável, tipo: pilsen	294510	Unidade	2	R\$ 1.939,03	R\$ 3.878,06
36	Digestor laboratório - Bloco Digestor; temperatura: controle temperatura até 450°C; capacidade: até 50 amostras; ajuste: ajuste digital, c/ painel de controle; adicional: c/ alarme, sistema segurança aquecimento; tipo: Kjeldahl	477497	Unidade	2	R\$ 8.345,61	R\$ 16.691,22

37	Dispositivo para medidas antropométricas, tipo: tipo balança com régua, modelo: mecânica, material: aço com pintura eletrostática, escala graduação: com escala métrica - mm e cm, faixa medição: cerca de 2,0 m; componente ii: tapete de borracha, componente iii: pés reguláveis, capacidade máxima carga: até 200 kg	442497	Unidade	1	R\$ 1.984,16	R\$ 1.984,16
38	Destilador de nitrogênio, material caldeira: aço inoxidável, material caixa: estrutura e aço inox 304, tensão: 220 v, tempo ebulição: 26 min, características adicionais: Princípio Kjeldahl, vidraria borossilicato, conden, potência: 1500 w	443711	Unidade	4	R\$ 14.628,95	R\$ 58.515,80
39	Eletrcardiógrafo, material: abs, modelo: digital, tipo: portátil, voltagem: 110,220 v, funções: ajuste sensibilidade 5,10 e 20mm, tipo registro: formato impressão multicanal: 3,3+r, 6 canais, velocidade registro: de 25 a 50mm/seg, características adicionais: display lcd, acessórios: bateria interna recarregável, frequência: 60 hz	365138	Unidade	1	R\$ 6.723,48	R\$ 6.723,48
40	Eletrodo medição ph, tipo: combinado, componentes: corpo vidro, conexão bnc, temperatura trabalho: 0 a 60°C, faixa operação acidez: 0 a 14, características adicionais: com solução eletrolítica e tampão ph4 e ph7, compatibilidade equipamento: phmetro micronal B474	362088	Unidade	11	R\$ 214,32	R\$ 2.357,52
41	Equipamento laboratório, tipo: placa aquecedora longa, ajuste: ajuste mecânico, com visor de temperatura, temperatura: controle temperatura até 75°C	445293	Unidade	1	R\$ 1.618,11	R\$ 1.618,11
42	Esfigmomanômetro, ajuste: analógico, aneróide, tipo: de braço, faixa de operação: até 300 MMHG, material braçadeira: braçadeira em nylon, tipo fecho: fecho em velcro, tamanho: adulto	432468	Unidade	30	R\$ 91,02	R\$ 2.730,60
43	Esfigmomanômetro, ajuste: digital, tipo: de pulso, faixa de operação: até 300 MMHG, material braçadeira: braçadeira em nylon, tipo fecho: fecho em velcro, tamanho: adulto, característica adicional: com frequencímetro	432482	Unidade	20	R\$ 173,44	R\$ 3.468,80
44	Espectrofotômetro, tipo: monofeixe Uv-Vis, tensão: 110,220 v, faixa medição: 190 a 1100, componentes: 2 cubetas de quartzo retangulares 10mm, lâmpadade	444399	Unidade	5	R\$ 12.847,72	R\$ 64.238,60
45	Estetoscópio, tipo: biauricular, acessórios: olivas anatômicas pvc, haste: haste aço inox, tubo: tubo "Y" pvc, auscultador: uscultador aço inox com anel de borracha, tamanho: adulto	438922	Unidade	55	R\$ 68,57	R\$ 3.771,35
46	Estetoscópio, tipo: biauricular, acessórios: olivas anatômicas silicone, haste: haste aço inox, tubo: tubo "Y" silicone, auscultador: auscultador aço inox com anel de borracha, tamanho: pediátrico	438923	Unidade	11	R\$ 76,21	R\$ 838,31
47	Estufa laboratório, material: gabinete aço inox, ajuste: ajuste digital, com painel de controle, programável, capacidade: cerca de 180 l, temperatura: até 200°C, componentes: com até 5 bandejas, adicional: com vedação	441703	Unidade	2	R\$ 5.403,21	R\$ 10.806,42

48	Estufa laboratório, material: gabinete aço inox, ajuste: ajuste mecânico, botão controle temperatura, capacidade: cerca de 150 l, temperatura: até 200°C, componentes: com até 3 bandejas, adicional: com vedação	436807	Unidade	3	R\$ 4.726,81	R\$ 14.180,43
49	Estufa laboratório, tipo: com renovação ar, material: gabinete aço inox, ajuste: ajuste digital com painel de controle, programável, capacidade: cerca de 100 l, temperatura: até 200°C, temporização: com temporizador até 1000 min, componentes: com até 3 bandejas, adicional: com vedação, alarmes	414646	Unidade	4	R\$ 3.863,59	R\$ 15.454,36
50	Estufa laboratório, tipo: com renovação ar, material: gabinete aço inox, ajuste: ajuste digital com painel de controle, programável, capacidade: cerca de 500 l, temperatura: até 200°C, componentes: com até 5 bandejas, adicional: com vedação, alarmes	419821	Unidade	3	R\$ 12.488,51	R\$ 37.465,53
51	Evaporador rotativo à vácuo, ajuste: ajuste digital, com painel de controle, capacidade: até 5 l, rotação: até 200 rpm, temperatura: controle de temperatura até 150°C, componentes: balões 1000 ml, com condensador, característica adicional: articulado	416817	Unidade	1	R\$ 11.540,09	R\$ 11.540,09
52	Extrator laboratório, tipo: Soxhlet, material: vidro, dimensões: cerca de 45 cm, componentes: com cerca de 5 extratores de junta cônica, acessórios: com cerca de 5 condensadores serpentina, reboileres, capacidade: até 200 ml	440308	Unidade	4	R\$ 11.119,00	R\$ 44.476,00
53	Fonte energia – aparelho eletroforese, referência fabricante: 164-5050, aplicação: eletroforese Bio-rad, tensão nominal: 100, 120, 220, 240 v.	426965	Unidade	3	R\$ 6.121,67	R\$ 18.365,01
54	Forno mufla, temperatura máxima: 1.200°C, largura: 200mm, altura: 200mm, profundidade: 300mm, volume: 12 l, aplicação: tratamento térmico	218246	Unidade	3	R\$ 4.745,22	R\$ 14.235,66
55	Imobilizador - Estabilizador, Componentes: 4 Tiras, Polipropileno, 76cm, Para Queixo e Testa, Outros Componentes: Fecho Em Velcro, Tipo: Cabeça Em E.V.A. Para Prancha De Resgate, Características Adicionais: 40cm x 25cm.	360783	Unidade	10	R\$ 186,80	R\$ 1.868,00
56	Lâmpada vapor mercúrio, tipo: alta pressão, aplicação: dermatologia, características adicionais: embutida em lanterna acionada com 4 pilhas AA, acabamento bulbo: vidro com óxido de níquel, tensão nominal: 220 v, potência nominal: 22 w, comprimento onda: 320 a 400 NM, componentes: filtro de wood (composto óxido de níquel e sílica).	411772	Unidade	1	R\$ 86,35	R\$ 86,35
57	Laringoscópio, tipo lâmpada: de fibra ótica, componentes: com 8 lâminas, componentes adicionais: com cabo, material 2: em aço inoxidável, tamanho cabo: infantil	445602	Unidade	1	R\$ 1.681,25	R\$ 1.681,25
58	Liofilizador, material: gabinete aço inox, campânula acrílica, ajuste: ajuste digital, com painel de controle, temperatura: até - 55°C, entrada: até 8 válvulas, outros componentes:	433247	Unidade	2	R\$ 61.704,94	R\$ 123.409,88

	com frascos vidro, adaptadores, acessórios: com bomba vácuo					
59	Lupa, tipo: binocular de cabeça com pala, formato: redonda, faixa ampliação: 2,5 vezes, características adicionais: bordas altas para proteção lente, fita regulável, distância foco: 40 mm, material: aço inox	275638	Unidade	2	R\$ 155,47	R\$ 310,94
60	Laringoscópio, tipo lâmpada: de fibra ótica, componentes: com 5 lâminas, componentes adicionais: com cabo, material 2: em aço inoxidável, tamanho cabo: adulto, embalagem: com estojo	445596	Unidade	3	R\$ 1.663,76	R\$ 4.991,28
61	Manta aquecedora, tipo: para balão, ajuste: ajuste mecânico, botão controle, capacidade: 500 ml, temperatura: até 300°C	416187	Unidade	6	R\$ 498,23	R\$ 2.989,38
62	Manta aquecedora, tipo: para balão, ajuste: controle de temperatura, capacidade: 3.000 ml, temperatura: até 500°C	436113	Unidade	3	R\$ 613,50	R\$ 1.840,50
63	Martelo reflexológico, material cabo: aço inoxidável, material cabeça: borracha, comprimento cabo: 20cm, cor cabeça: preta, formato cabeça: cilíndrico, tipo uso: em exames médicos de reflexos tendíneos.	243269	Unidade	1	R\$ 46,36	R\$ 46,36
64	Martelo reflexológico, material cabo: aço inoxidável, material cabeça: borracha, comprimento cabo: 18cm, cor cabeça: preta, formato cabeça: triangular, tipo uso: em exames médicos de reflexos tendíneos	342825	Unidade	1	R\$ 49,50	R\$ 49,50
65	Martelo, material: aço inoxidável, aplicação: reflexológico, acessórios: agulha e pincel.	385449	Unidade	1	R\$ 72,83	R\$ 72,83
66	Material veterinário, tipo: doppler vascular, características adicionais: transdutor 10mhz, unidirecional, mini, circular, componente 1: regulador volume, componente 2: acompanha gel, fone de ouvido e capa protetora, modelo: portátil, alimentação: com bateria de 9 v, frequência: 8,2 Mhz	423337	Unidade	5	R\$ 1.104,24	R\$ 5.521,20
67	Material veterinário, tipo: monitor multiparâmetro, características adicionais: 5 parâmetros integrados, componentes: Spo2, Fc, Fr, Ecg com 7 derivações e temperatura, material: tela 15 pol., componente 1: alarme sonoro e visual, componente 2: cabos sensores: oximetria e Fc, Ecg e temperatura	425259	Unidade	1	R\$ 6.619,80	R\$ 6.619,80
68	Microscópio, tipo de análise: estereoscópio, tipo: binocular, aumento: com objetivas até 100x, oculares até 10x, componentes: iluminação em led, refletida e transmitida, outros componentes: base cerca de 20 x 30 cm, adicional: inclinação até 30°	440734	Unidade	1	R\$ 3.380,99	R\$ 3.380,99
69	Microscópio, tipo de análise: estereoscópio, tipo: binocular, aumento: oculares até 10x, zoom até 32x, componentes: iluminação em led, refletida e transmitida, outros componentes: base cerca de 20 x 30 cm, adicional: inclinação até 45°	420201	Unidade	6	R\$ 2.677,44	R\$ 16.064,64
70	Microscópio, tipo de análise: ótico, tipo: binocular, aumento: c, objetivas até 100x, oculares até 10x, componentes: iluminação	440806	Unidade	6	R\$ 11.349,19	R\$ 68.095,14

	em led, refletida e transmitida, adicional: inclinação até 45°					
71	Microscópio, tipo de análise: ótico, tipo: binocular, aumento: c, objetivas até 100x, oculares até 10x, componentes: iluminação em led, refletida e transmitida, adicional: inclinação até 45°. Cota reservada para ME/EPP referente ao item 70.	440806	Unidade	2	R\$ 11.349,19	R\$ 22.698,38
72	Microscópio, tipo de análise: ótico, tipo: trinocular, aumento: c, objetivas até 100x, oculares até 10x, componentes: iluminação em led, refletida e transmitida, adicional: inclinação até 30°	440762	Unidade	3	R\$ 3.480,80	R\$ 10.442,40
73	Moinho, material gabinete: aço carbono, material tampa: alumínio polido, tipo: faca, componentes: 4 facas fixas e 6 móveis, 3 peneiras aço inox malha, voltagem: 220 v, potência: 750 w, potência motor: 1 cv, rotação: 931 rpm, características adicionais: trifásico e sistema segurança	321806	Unidade	1	R\$ 8.101,13	R\$ 8.101,13
74	Moinho, material gabinete: aço, material tampa: ferro fundido e aço inox Aisi 304, tipo: faca, componentes: 4 facas móveis e 2 fixas, voltagem: 220 v, potência: 1.600 w, potência motor: 2 cv, rotação: 1.720 rpm, características adicionais: sistema de segurança	410319	Unidade	1	R\$ 6.657,88	R\$ 6.657,88
75	Mesa cirúrgica, tipo estrutura: aço inoxidável, acabamento tampo leito: mesa calha com 4 regulagens, tipo movimento elevação: regulagem altura dos pés por comando manual, aplicação: pequenos e médios animais, comprimento: 120 cm, largura: 75 cm, altura: altura mínima de 87cm a máxima de 130 cm, características adicionais: coletor de fluídos em aço inox, removível	356266	Unidade	4	R\$ 2.251,22	R\$ 9.004,88
76	Nebulizador, tipo: motor mínimo 1,10 hp, compressor pistão oscilante, acessórios: 4 circuitos completos adulto e 4 infantil, tensão alimentação: 110, 220 v, característica adicionais: vazão livre mínima de 10l/min	415929	Unidade	3	R\$ 1.861,57	R\$ 5.584,71
77	Oftalmoscópio, tipo: de bolso, tipo luz: halógena, tensão alimentação: 2,50 v, características adicionais: 3 aberturas, 19 lentes, à pilha, cor filtros: filtro azul de cobalto livre de vermelho	339771	Unidade	1	R\$ 839,36	R\$ 839,36
78	Órtese para coluna vertebral, modelo: colar cervical resgate pré-hospitalar, material: polietileno de alta densidade, revestimento: acolchoado, estrutura: apoio mentoniano, occipital e esternal, adicionais: abertura frontal e posterior, tipo fecho: velcro com 5 cm, tamanho: grande, característica adicional: peça única, radiotransparente	455908	Unidade	5	R\$ 19,68	R\$ 98,40
79	Órtese para coluna vertebral, modelo: colar cervical resgate pré-hospitalar, material: polietileno de alta densidade, revestimento: acolchoado, estrutura: apoio mentoniano, occipital e esternal, adicionais: abertura frontal e posterior, tipo fecho: velcro com 5 cm, tamanho: pequeno, característica adicional: peça única, radiotransparente	455910	Unidade	5	R\$ 13,45	R\$ 67,25

80	Órtese para coluna vertebral, modelo: colar cervical resgate pré-hospitalar, material: polietileno de alta densidade, revestimento: acolchoado, estrutura: apoio mentoniano, occipital e esternal, adicionais: abertura frontal e posterior, tipo fecho: velcro com 5 cm, tamanho: médio, característica adicional: peça única, radiotransparente	455909	Unidade	5	R\$ 19,33	R\$ 96,65
81	Oftalmoscópio, componentes: oftalmoscópio direto luz halógena, 6 tipos abertura, acessórios: 28 lentes, otoscópio luz halógena, 2 jogos espéculos, tamanho: (2,5; 3,4 e 5,0mm), alimentação: a pilha, embalagem: embalado em estojo	275241	Unidade	1	R\$ 1.168,13	R\$ 1.168,13
82	Otoscópio, tipo: clínico, modelo: portátil, alimentação: pilha, características adicionais: cabo metal, regulador intensidade luminosa, componentes: 5 espéculos aço inox 2,5; 3; 3,5; 4 e 8mm	367556	Unidade	5	R\$ 404,62	R\$ 2.023,10
83	Oxímetro, tipo: pulso, faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 32 h, alimentação: pilha, acessórios: com sensor	441991	Unidade	15	R\$ 152,73	R\$ 2.290,95
84	Peneira granulométrica, material: aço inoxidável, diâmetro: 8 pol, altura: 2 pol, abertura malhas: 0,125 mm	245332	Unidade	1	R\$ 294,71	R\$ 294,71
85	Peneira granulométrica, material: aço inoxidável, diâmetro: 8 pol, altura: 2 pol, tamanho abertura malhas: 270 mesh	249376	Unidade	1	R\$ 310,32	R\$ 310,32
86	Refratômetro, tipo aparelho: abbe de bancada, tipo display: digital, aplicação: p, amostras líquidas, viscosas ou sólidas, faixa medição: até 95 % brix, faixa medição 1: cerca de 1.3000 a 1.7100 nd, componentes: com saída para banho termostático	441768	Unidade	1	R\$ 4.153,79	R\$ 4.153,79
87	Refratômetro, tipo aparelho: portátil, tipo display: analógico, aplicação: p, determinação da densidade de proteínas, faixa medição: até 12 g,dl, faixa medição 1: cerca de 1.000 a 1.050 sg, faixa medição 2: cerca de 1.3300 ri a 1.3600 ri, características adicionais 1: compensação de temperatura automática	441715	Unidade	10	R\$ 310,18	R\$ 3.101,80
88	Sistema eletroforese, tipo: horizontal, apresentação: conjunto completo, componentes: com placas, pentes, espaçadores, outros componentes: suportes, tampas, cubas, adicional: até 20 poços	414909	Unidade	4	R\$ 3.509,92	R\$ 14.039,68
89	Sistema eletroforese, tipo: vertical, apresentação: conjunto completo, componentes: com placas, pentes, espaçadores, outros componentes: suportes, tampas, cubas, capacidade: até 4 géis, dimensões: 0,75 mm, adicional: até 10 poços	411502	Unidade	3	R\$ 4.745,48	R\$ 14.236,44
90	Termômetro clínico digital para uso hospitalar - com haste, bulbo, botão liga/desliga, que resiste à temperatura, leitura em média de um minuto, fácil visualização com números grandes e nítidos no visor digital, sinal sonoro que indique a temperatura que está sendo medida, que acione em estado febril e bipé maior quando a medição estiver concluída,	257216	Unidade	1	R\$ 18,46	R\$ 18,46

	acompanhado de estojo para proteção para armazenamento. Embalagem contendo externamente os dados de identificação e procedência, e registro em órgão.					
91	Tonômetro, modelo: aplanação, tipo base: portátil, tipo ajuste: faixa medição 0 a 80 MMHG, características adicionais: com visor digital, bateria	432617	Unidade	1	R\$ 8.988,18	R\$ 8.988,18

GRUPO 01						
92	Bomba dosadora de engrenagens com corpo totalmente em ferro fundido a48 cl30, bocais de entrada e saída Ø 1" rosca interna BSPF, engrenagens helicoidais, mancais deslizantes em buchas sinterizadas de arranjo interno e vedação do eixo motriz por gaxeta teflonada. Fornecida com motor elétrico de 1,0 cv, trifásico 220/380 Volts, 4 polos, 1.720 rpm, grau de proteção Ip-55 – 60 hz. Bomba fornecida sobre base metálica com acoplamento elástico entre bomba e motor. Item com vínculo ao item 93.	486863	Unidade	2	R\$ 8.553,00	R\$ 17.106,00
93	Instrumento eletrônico de medição para painel; descrição complementar: painel com inversor de frequência: painel em polipropileno com inversor de frequência para motor com alimentação e saída trifásica 220 volts. 01 potenciômetro incorporado ao painel para controle de velocidade, chave liga desliga e botão de emergência, acompanha dois trechos com 5 metros de cabo PP de 4 vias 1,5mm, para ligação do motor da bomba. Item com vínculo ao item 92.	454964	Unidade	2	R\$ 1.805,70	R\$ 3.611,40

94	Fonte de eletroforese. Para eletroforese de géis de agarose, sistema de gel submarino, transferências eletroforéticas, géis e mini-géis horizontais, mini gel vertical, eletro-eluição; estrutura em aço 1020; tensão: 0 a 1000v; variação da tensão: ± 1%; corrente: até 500mA, potência: até 300w; saídas: para até 4 cubas; dimensões externas (hxlxp):11,5 x 26 x 27,5 cm; voltagem: 110/220v (bivolt).	266518	Unidade	2	R\$ 7.997,93	R\$ 15.995,86
95	Pinça cirúrgica, material: aço inoxidável, modelo: adson, tipo ponta dente de rato, comprimento 12	468009	Unidade	10	R\$ 23,70	R\$ 237,00
96	Tesoura, material: aço inoxidável, comprimento: 13 cm, aplicação: cirúrgica, corte fio aço até 1,5mm de diâmetro, características adicionais: dupla ação	471636	Unidade	15	R\$ 31,07	R\$ 466,05
97	Câmera científica digital colorida, para aplicações em microscópios e estereomicroscópios, com as seguintes características: Sensor Cmos 1/2.3", tamanho dos pixels: 1.55 x 1.55 µm, resolução 16.3 Mpixels, 4K com 60 fps via HDMI, tempo de exposição: 100 µs – 120 ms, gravação de vídeo 4K com 60 fps, conexão eletrônica via Usb 3.1 tipo C com filtro ferrit, entradas Usb para teclado, mouse, discos Usb e	600070	Unidade	1	R\$ 23.390,37	R\$ 23.390,37

	adaptador WiFi para operação stand alone sem necessidade de uso de estação de trabalho, inclui o cabo Usb. Acompanha software de aplicação com múltiplas licenças compatível com sistema operacional Microsoft para versão win10, com módulo de teleaula para acompanhamento à distância, Lente auxiliar 0.63x, Lente auxiliar 0.55x. Oculares para aplicação em cabeçotes Zeiss e Olympus					
98	Câmera portátil para medição de temperatura de superfícies entre 10 a 60 °C. Parâmetros de medição necessários: Emissividade, temperatura refletida, humidade relativa, temperatura atmosférica, distância. Projetada para suportar quedas de até 2 metros e 160 x 120 pixels. Faixa de medição -20 a 400 °C. Alimentação por bateria interna. Marca/modelos de referência: LIR/C5, FLUKE/Modelo PT1120, Dahua/DH-PFH-HT2201	600067	Unidade	1	R\$ 6.899,33	R\$ 6.899,33
99	Conservadora de sêmen suíno, com controle de temperatura de 15 a 18°C, Visor digital externo, mínimo de 150 litros (ou 300 doses). CERTIFICAÇÃO: Comprovação da incerteza de medição (IM, erros, tendências, etc.), calibrado em no mínimo três pontos juntamente com rastreabilidade, comprovada pelo INMETRO. Validação – QO/QP/QI, por equipe profissional e qualificada. SISTEMA DE ENERGIA EMERGENCIAL: Bateria recarregável adicionada ao gabinete visando permitir autonomia total da câmara de 12 (doze) horas no mínimo. SISTEMA DE SEGURANÇA: apto a realizar chamadas telefônicas com alerta sonoro para no mínimo 03 números de telefone ou celular registrados, nos casos de: temperatura com níveis fora do especificado, falta de energia ou de porta aberta. Luz interna de LED. Tensão 110/127V. Sistema de movimentação das prateleiras, através de micromotor elétrico e temporizador eletrônico. Termostato analógico adicionado em paralelo ao controlador eletrônico da câmara. Referência: Biotechno (BT 1500/140, BT 1500/420, BT 1500/560), Elber Medical (180, 340)	600250	Unidade	1	R\$ 8.896,53	R\$ 8.896,53
100	Conservadora de sêmen suíno para transporte portátil de no mínimo 30L, controle de temperatura de 15 a 18°C. Sapatas, rodízios para transporte, alças e alça posterior retrátil. Bateria interna com duração de no mínimo 6 (seis) horas sem carga. Plugue para carregamento em tomada com tensão 110 volts, plugue para carregamento em veículos 12V tipo cigarrete. Iluminação interna em LED. Referência: Elber Medical Portátil (30).	600249	Unidade	1	R\$ 8.495,80	R\$ 8.495,80
101	Conservadora de vacina; com temperatura fria de 2 a 8°C e sistema de circulação interna de ar, de 50 – 120 litros, painel digital externo para acesso e visualização, sistema de alarme em anormalidade, porta com vedação. CERTIFICAÇÃO: Comprovação da incerteza de medição (IM, erros, tendências, etc.), calibrado em no mínimo três pontos (2°C, 4°C e 8°C) juntamente com	600251	Unidade	1	R\$ 8.909,00	R\$ 8.909,00

	<p>rastreabilidade, comprovada pelo INMETRO. Validação – QO/QP/QI, por equipe profissional e qualificada. SISTEMA DE ENERGIA EMERGENCIAL: Bateria recarregável adicionada ao gabinete visando permitir autonomia total da câmara de 12 (doze) horas no mínimo. SISTEMA DE SEGURANÇA: apto a realizar chamadas telefônicas com alerta sonoro para no mínimo 03 números de telefone ou celular registrados, nocosos de: temperatura com níveis fora do especificado, falta de energia ou de porta aberta. Luz interna de LED. Tensão 110/127V. Referência: BIOTECNO (BT 1100/80, BT 1100/140, BT 1100/280, BT 1100/340), Revimedica (RM120), Elber Medial (80, 180, 280).</p>					
102	<p>Balança analítica; altura: 344 mm; capacidade: 220 g; largura: 245 mm; características adicionais: calibração interna; resolução: 0,10 mg; profundidade: 321 mm; tipo painel: digital; diâmetro prato: 80 mm</p>	273159	Unidade	1	R\$ 7.820,40	R\$ 7.820,40
103	<p>Turbidímetro; material: aço inoxidável; aplicação: medir a turbidez de líquidos; tipo: digital; resolução: escala de 0 a 10 - 0,01ntu; de 10 a 100 - 0,1ntu; alimentação: 110/220 VCA; precisão: 2% NTU; faixa trabalho: 0 a 1.000 NTU; formato: retangular</p>	255025	Unidade	1	R\$ 3.721,29	R\$ 3.721,29
104	<p>Ultrassom veterinário, portátil, tela de no mínimo 8,4". Peso máximo 3,2 kg; função: color pw (pulse wave), doppler zoom & cineloop e exa cross (ou similar); bateria de longa duração de no mínimo 5,5 horas; aplicação: avaliação de carcaça, medição automática de espessura de gordura e de folículos. Conectividade com portas DVI, USB e RJ45 DICOM. Certificado pela UGC, Biotronics e Ecotext para acolhimento das mensurações em programas de melhoramento genético e em publicação de trabalhos nacionais e internacionais. Inclui 2 transdutores, sendo: 1 transdutor multifrequencial linear endorretal de 5/7.5/10 mhz; 1 transdutor de avaliação de carcaça suína (área de lombo, espessura subcutânea e gordura intramuscular) multifrequencial de 2.5, 3.5 e 5.0 mhz de 130mm com acoplante acústico (gelpad standoff). Inclui maleta rígida de transporte. Entrega técnica e instalação do equipamento realizado por médico veterinário, com treinamento operacional presencial inclusos e fornecimento de certificado de capacitação para dois profissionais designados pela instituição. Garantia de 24 meses do fabricante para equipamento e 12 meses para os transdutores. Assistência Técnica Autorizada no Brasil. Marca/modelo de referência: ExaGo - IMV Technologies.</p>	601856	Unidade	2	R\$ 143.541,67	R\$ 287.083,34

- 1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá

ocorrer pelo menor preço.

- 1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 1.5. **Há uma dependência entre o item 92 e o item 93, considerando que o item 93 precisa ser totalmente compatível com o item 92. O painel é parte fundamental para o funcionamento do equipamento e deve ser produzindo especificamente para o equipamento, logo a licitação de maneira separada ocasionaria problemas, tornando-se uma ação inviável para o item aqui tratado, conforme relatado pelo requisitante.**
- 1.6. ***Havendo divergência entre a descrição do(s) item(ns) no sistema Comprasnet (código CATMAT) e no Termo de Referência, prevalecerá este último.***
- 1.7. Será aceita oferta de material com especificações que se enquadrem com as descritas neste Termo de Referência e que o mesmo seja comprovadamente igual ou superior, individualmente, a qualidade, o desempenho e a operacionalidade.
- 1.8. O subitem acima está condicionado a aprovação da Administração.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, no seguinte endereço:
 - 6.1.1. Os materiais objeto desta licitação terão sua entrega coordenada, exclusivamente, pelo ALMOXARIFADO CENTRAL, que terá absoluta autonomia para distribuir e/ou fracionar a entrega nos diversos setores requisitantes dentro do Campus Universitário, localizado na Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica/RJ.
 - 6.1.2. TODA E QUALQUER ENTREGA DEVERÁ ser prévia e obrigatoriamente agendada, seja por Empresa Fornecedor ou Transportadora Contratada, de segunda à quinta-feira, de 08:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas nos telefones (21) 3787-0052; 3787-3977, 2682- 1070 ou 2682-2808 - Setor de Recepção.
 - 6.1.3. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento

do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito a UFRRJ tal ocorrência, através dos e-mails: almoxarifado_dmsa@ufrj.br ou cobranças_dmsa@ufrj.br. A comunicação da Contratada deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, na qual deverá informar os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e indicar uma nova data para entrega que não poderá ocorrer em prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias.

- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 20 (vinte) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20(vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
 - 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

- 8.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 8.3. Também são requisitos para esta contratação que a empresa contratada atenda as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, assim como as normas ABNT e demais normas legais que envolvam esta contratação.**
- 8.4. Todos os itens descritos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, bem como seus componentes, deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes a cada item (no que couber).**
- 8.5. Os produtos ofertados pelo licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas nos artigos 12, 13, 17 a 27 e 39, VIII, da Lei nº 8.078/90.**
- 8.6. A administração rejeitará todos os produtos entregues em desacordo com o solicitado, fora da especificação, com latas amassadas ou embalagens furadas, rasgadas entre outros defeitos.**
- 8.7. Os bens físicos objeto deste Termo, bem como seus componentes, deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes a cada item (no que couber).**
- 8.8. Para os produtos que tenham etiquetagem compulsória emitida por Portaria do Inmetro, só será admitida a oferta do bem que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), com classe de eficiência “A” (atenção para a ressalva indicada anteriormente).**
- 8.9. Só será admitida a oferta de aparelhos eletrodomésticos que possuam Selo Ruído, indicativo**

do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução Conaman° 20, de 7 de dezembro de 1994 e legislação correlata.

- 8.10. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa Ibama nº 31, de 03 de dezembro de 2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.”
- 8.11. Na aquisição de itens enquadrados no Anexo II da Instrução Normativa Ibama nº 31, de 3 de dezembro de 2009, o pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa Ibama nº 31, de 3 de dezembro de 2009, e legislação correlata.
- 8.12. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao site do Ibama, imprimindo-o e anexando-o ao processo.
- 8.13. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.
- 8.14. A comprovação de atendimento dos critérios de sustentabilidade poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
 - 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas

com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
 - 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.9.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DOS BENS

14.1. *Os produtos deverão ser entregues com **prazo de garantia igual ou superior a 12 (doze) meses**, exceto aqueles cuja validade normal seja comprovadamente inferior ao prazo indicado, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.*

14.2. *Durante o prazo de garantia, o contratado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.*

14.3. *A garantia abrange a manutenção corretiva dos equipamentos, por intermédio da contratada ou de sua(s) credenciais(s), a fim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a UFRRJ.*

14.4. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.*

14.5. *A presente garantia é do tipo **balcão** e não cobre despesas com o transporte do (s) produto (s)*

defeituoso (s) ou viciado (s) até uma rede autorizada da contratada, ficando estas a cargo da UFRRJ.

- 14.6. *Caso a Contratada não possua Assistência Técnica Autorizada no Estado do Rio de Janeiro, assumirá as despesas de frete.*
- 14.7. *O prazo para contratada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções será de 10 dias, a contar do dia em que estiver de posse do produto viciado ou defeituoso.*
- 14.8. *Incumbe ao contratado o ônus da prova da origem do defeito.*
- 14.9. *Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sempre “novos e de primeiro uso”.*

Da garantia que deverá ser prestada pela empresa:

- 14.10. *Considera-se sinistro toda e qualquer anormalidade no funcionamento ou incapacidade de funcionamento do equipamento adquirido pela Contratante, no que refere-se a perda de rendimento, prejuízo no funcionamento de outros equipamentos acoplados, incapacidade de funcionamento, funcionamento em desacordo com as normas de fabricação, defeitos de fabricação preexistente, vícios redibitórios ou qualquer outra denominação que façam presumir que o equipamento adquirido está em desacordo com as normas técnicas de fabricação combinando inclusive com as especificações estipuladas em Edital.*
- 14.11. *Nos casos em que o objetivo da garantia seja a reparação do BEM: A Contratada garante até o limite máximo do valor do produto o serviço de reparo (mão-de-obra e peças), necessário para garantir seu funcionamento e/ou uso de acordo com as condições do fabricante do produto. A Contratada pode, a seu exclusivo critério, decidir pela substituição do BEM por um produto novo de mesma marca e modelo ou superior desde que exista anuência da Contratante ou pela indenização correspondente em espécie.*
- 14.12. *Nos casos em que o objetivo da garantia seja a troca do BEM: A Contratada garante até o limite máximo do valor do produto, a substituição do bem segurado por um produto novo de mesma marca e modelo ou superior desde que a Contratante aprove, ou a indenização correspondente em espécie.*
- 14.13. *Nos casos de indenização: Na ocasião do sinistro, e não haver a descontinuidade de sua fabricação ou de mesma marca ou modelo ou superior do BEM garantido, será estipulado um prazo pela Contratante para indenização correspondente em espécie.*

Estão cobertos pela garantia originada deste Contrato:

- 14.14. *Qualquer custo relativo a defeitos ocorridos em BENS que estejam dentro do prazo de GARANTIA ORIGINAL DO FABRICANTE independentemente do FABRICANTE honrar ou não a garantia, bem como os defeitos que o FABRICANTE tenha divulgado nos meios de comunicação para que pudessem ser sanados às suas custas (“recall”), por força da Lei, condenação judicial ou não, mesmo após o término do prazo de GARANTIA ORIGINAL;*
- 14.15. *Danos causados pela CONTRATADA por transporte, limpeza, reparação, remoção, instalação ou restauração do BEM GARANTIDO, nas dependências da Contratante ou fora dela;*
- 14.16. *Qualquer componente de fabricação nacional que possua ASSISTÊNCIA TÉCNICA autorizada ou não, em vista do funcionamento imperfeito relacionada ao BEM GARANTIDO;*
- 14.17. *Qualquer componente de fabricação estrangeira que não possua ASSISTÊNCIA TÉCNICA defabrica no Brasil no que tange a peças ou mão-de-obra relacionada ao BEM GARANTIDO;*

- 14.18. *Defeito pré-existente ocorrido dentro do período de entrega e instalação;*
- 14.19. *Bens cujos números de série ou outro tipo de identificação, tenha seu levantamento impossibilitado devido a deficiência na gravação;*
- 14.20. *Na montagem ou na instalação do bem for feitas pela Contratada, as despesas de diagnósticos, montagem e desmontagem, quando nenhum defeito for encontrado;*
- 14.21. *Custo de instalação, montagem ou colocação do produto, bem como os defeitos causados pela falha de projetos ou instalação, colocação ou erros na montagem do BEM e/ou na retirada e transporte do mesmo, será por conta da Contratada;*
- 14.22. *Todas as despesas referente a garantia, como retirada/entrega nas dependências da Contratante, bem como o envio ao fabricante serão por conta da Contratada, não gerando ônus à Contratante.*

Da Assistência Técnica

- 14.23. *A validade / garantia mínima dos produtos será de no mínimo 12 (doze) meses, a partir da data do atesto da nota fiscal.*
- 14.24. *Fica a contratada obrigada a manter a garantia/validade mínima dos produtos exigida neste edital, sob pena das sanções legais aplicáveis, sendo ainda, lhe imputando a contratada os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com o especificado no Edital e no presente Termo de referência.*
- 14.25. *A Contratada deverá garantir a qualidade dos equipamentos, e que estes após a entrega, possuam a garantia mínima exigida de 01 (um) ano, a partir da data de entrega dos equipamentos, imputando-lhes os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com o especificado, caso não seja possível à troca, tudo a encargoda mesma.*
- 14.26. *A Contratada deverá oferecer manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia dos equipamentos, ou seja, durante 01 (um) ano.*
- 14.27. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 09 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia eo prazo estabelecido).*

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo; ou
 - cometer fraude fiscal.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - Multa:**
 - moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da

parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - i. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - ii. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidas dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de

2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.4. *Os critérios de aceitabilidade de preços serão:*

16.4.1. *Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.*

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. *O custo estimado da contratação é de R\$ 1.889.347,47 (um milhão, oitocentos e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos).*

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. A dotação orçamentária da contratação não foi indicada por tratar-se de Sistema de Registro de Preço (SRP).

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

TIPO DE REQUISIÇÃO

Consumo Permanente Serviço Obra de Engenharia

OBJETO: Contratação de empresa especializada no **fornecimento equipamentos de laboratório – grupo 52.08**

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e tem como objetivo:

- a) Assegurar a viabilidade técnica da contratação;
- b) Embasar o Termo de Referência (TR) ou projeto básico, que somente será elaborado se for constatada a viabilidade da contratação, após conclusão do ETP.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é uma ferramenta de gestão nova que possibilitará a criação do documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação.

A **Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)** deverá se atentar ao **preenchimento dos itens obrigatórios** e à **justificativa** do não preenchimento dos itens **facultativos**, em obediência ao art. 6º, da Instrução Normativa nº 40/2020 - SG/SEBGDME.

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (item obrigatório):

A contratação de empresa especializada para fornecimento do grupo 52.08 – Aquisição de equipamentos de laboratório listados no presente estudo visam atender os interesses gerais da UFRRJ alinhando-se ao planejamento estratégico e institucional da Universidade.

O **Hospital Veterinário** nos informa em seu requerimento que a UFRRJ, dentre outras atribuições, é responsável por atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas quais diversos departamentos estão envolvidos e desempenhando as mais variadas atividades, já que os professores da UFRRJ treinam os discentes de graduação e pós-graduação e desenvolvem pesquisas. A demanda expressa a necessidade de equipamentos para que a UFRRJ continue com sua rotina de ensino, pesquisa e extensão. Com as obras de ampliação do Centro Cirúrgico de Pequenos Animais, do setor de Grandes Animais e do setor de Emergência do Hospital Veterinário, é necessária a aquisição de tais equipamentos para que tais setores possam ser

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

equipados e funcionar de maneira plena. O Hospital Veterinário da UFRRJ (Campus de Seropédica) necessita dos itens, pois sua estrutura permite o desenvolvimento de pesquisas científicas nas esferas de graduação e pós-graduação e a aquisição dos equipamentos permitirá executar demandas clínicas e cirúrgicas realizadas durante o atendimento na rotina do HV.

A plena realização das atividades acadêmicas pelos setores do Hospital Veterinário, garantirá a oferta de ensino de qualidade nos níveis de Graduação e Pós-graduação. A utilização dos equipamentos servirá de base para o aprendizado do corpo discente através de atividades práticas ministradas no âmbito do Hospital Veterinário, servindo às atividades realizadas pelos professores no HV, sendo assim de fundamental importância para atender as demandas dos cursos de graduação, pós-graduação, de pesquisa e extensão, que contribuirá para capacitar o aluno com perfil especialista, humanista, crítico e ético, capaz de desenvolver o exercício das atividades profissionais em diferentes grupos sociais e comunidades.

O quantitativo solicitado reflete a necessidade dos novos espaços que estão sendo concluídos que em breve poderão ser utilizados, restando a premência de equipá-los para que estejam em efetivo funcionamento

O **Intituto de Veterinária** nos informa que há uma indissociabilidade de materiais de laboratório das atividades realizadas pelos professores deste departamento. Desta forma, considerando também a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, as atividades práticas das aulas ministradas ocorrem voltadas a comunidade além de fazerem parte das atividades teórico-práticas do ensino curricular do curso de Medicina Veterinária. Portanto, as ações desenvolvidas, se embasam no desenho curricular proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sendo indispensável à formação dos alunos de graduação bem como ao aperfeiçoamento e atuação dos pós-graduandos. A eficiência da contratação desses materiais também incluiu o diálogo constante com os professores que também demandaram suas necessidades e que se atendidas terão bons resultados também para os discentes, que terão materiais próprios de sua futura rotina de trabalho.

A aquisição destes equipamentos permitirá desde atender a obtenção de resultados de análises laboratoriais, passando pelo atendimento clínico e/ou cirúrgico, também de monitoramento dos casos atendidos no HV da UFRRJ, proporcionando o treinamento de ensino prático a inúmeros alunos do curso de graduação em Medicina Veterinária. A ausência dos materiais poderá ocasionar os seguintes prejuízos: no curto prazo interromper a complementação diagnóstica do exame clínico e o correto aprendizado do corpo discente, além de comprometer condutas de terapêuticas inclusive com repercussão na saúde pública humana, quando se pensa no controle de zoonoses e; a longo prazo acaba por impactar a credibilidade da instituição e seu papel na saúde única, bem como na pesquisa, extensão e ensino; para o discente, de curto a longo prazo prejudica o processo de ensino-aprendizado, dificultando a familiarização dele com equipamentos e materiais que ele encontrará no mercado profissional.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

Através desta aquisição pretendemos atender a obtenção de resultados de análises laboratoriais, passando pelo atendimento clínico e/ou cirúrgico, também de monitoramento dos casos atendidos no HV da UFRRJ, proporcionando o treinamento de ensino prático a inúmeros alunos do curso de graduação em Medicina Veterinária, fornecer aos discentes do curso de Medicina Veterinária a complementação diagnóstica do exame clínico e a familiarização com equipamentos e materiais que eles encontrarão no mercado profissional.

Os quantitativos previstos foram estimados com base em levantamentos de demandas anteriores, por ausências de determinados equipamentos que nunca foram adquiridos já prejudicando de longa data o processo de ensino e também foram obtidos por registro e controle de trabalhos anteriores, os quais periodicamente são compilados para atender parte de relatórios de produtividade de diversos setores. Em alguns casos, optou-se pelas médias do consumo, nos anos de 2017 e 2018, sendo as ações no departamento e disciplina de pouca variância.

O **Instituto de Zootecnia** informa em sua requisição de que os equipamentos solicitados são para realizar experimentos de pesquisa, ensino e extensão e para atendimento de suas demandas do laboratório.

O Carrinho de transporte será utilizado para coletar amostras quando retiradas das salas de armazenagem que precisam ser transportadas e armazenadas em local seguro, sem ocupar bancadas. Este equipamento é necessário para organização e melhoria das disciplinas da graduação.

O Liofilizador irá coletar amostras de urina, silagem e outros que são analisados no laboratório de bromato e que perdem as suas características originais quando desidratadas pelo método tradicional de secagem a 55°C. Este material é necessário para melhoria e ampliação das possibilidades de pesquisa do laboratório e melhoria das disciplinas do programa de pós graduação.

A Centrifuga 20.000 RPM será utilizada nas análises de índice de solubilidade do amido e de absorção de água, entre outras análises de fracionamento de carboidratos que necessitam de centrifugas com RPM acima de 10.000 e o laboratório não possui. Este material é necessário para organização e melhoria das disciplinas da graduação.

O Moinho é necessário para o preparo das amostras e em função do alto fluxo de moagem no laboratório de nutrição animal. Este é equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

O Extrator é utilizado para determinação Soxleht. Trata-se de um equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

A Estufa laboratório, tipo: com renovação ar: utilizada no preparo de amostras, alto fluxo de secagem de forragens excretas, entre outros materiais. Equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

A Estufa laboratório é utilizada na realização da secagem definitiva, além de todo o preparo de vidrarias das demais análises laboratoriais. Trata-se de um equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

O Destilador de Nitrogênio estabelece a determinação de nitrogênio total, uma das análises mais demandadas do laboratório de nutrição animal. Trata-se de um equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

O Eletrodo medição ph é um material básico de uso no laboratório. É utilizado para aferir soluções e determinação de ph de amostras e trata-se de um equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

O Banho Termostático vai permitir o uso mais racional da água para aparelhos que demandam refrigeração via água para condensação, como nas análises de extrato etéreo e proteína bruta. Trata-se de um equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

O Banho Maria é utilizado para determinação de digestibilidade e vai possibilitar o desenvolvimento de novas técnicas laboratoriais. Trata-se de um material necessário para melhoria e ampliação das possibilidades de pesquisa do laboratório e melhoria das disciplinas do programa de pós graduação.

A Balança de Precisão é utilizada para o preparo de reagentes. É um equipamento básico de uso laboratorial e também trata-se de um equipamento básico para manutenção das disciplinas da graduação.

A **Direção do Campus de Campos dos Goytacazes** nos informa que esta aquisição é de suma importância, para aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; para melhoria da qualidade das análises laboratoriais de solo, água, resíduos e bromatológicas (alimentação animal); e para otimização da produção de mudas micropropagadas de cana-de-açúcar.

A aquisição destes equipamentos faz-se necessária para o atendimento das rotinas laboratoriais vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão realizadas na Biofábrica e no Centro de Análises da UFRRJ Câmpus Campos dos Goytacazes. O não atendimento de tais demandas acarretaria redução da produtividade dos trabalhos científicos, precarização das rotinas laboratoriais, diminuição da prestação de serviço à comunidade, e até mesmo a paralisação das atividades.

O quantitativo de equipamentos solicitado foi originado sob os seguintes aspectos:

- a) Atendimento das rotinas laboratoriais de análises de água, solo, resíduos e bromatológicas.
- b) Atendimento das rotinas laboratoriais de produção de mudas micropropagadas de cana-de-açúcar.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

c) Quantitativo da equipe técnica.

d) Espaço físico existente dos Laboratórios Biofábrica e Centro de Análises.

O **Instituto de Florestas** nos informa que os equipamentos solicitados são para atendimento das diversas atividades acadêmicas das disciplinas de graduação e Pós-graduação oferecidas semestralmente pelos departamentos acadêmicos do IF. O não atendimento destas demandas pode inviabilizar a realização de aulas, visto que tais materiais constituem materiais didáticos importantes, que permitem uma melhor apresentação dos conteúdos das aulas e também para que seja promovida a substituição de alguns equipamentos considerados obsoletos e inservíveis.

O **Instituto de Química / Departamento de Bioquímica** informa em sua requisição que os itens são necessários para a realização das aulas práticas, que são disciplinas obrigatórias dos cursos de Medicina Veterinária, Química e Farmácia, e para o bom funcionamento e manutenção do laboratório. A aquisição também é importante devido a abertura de novas disciplinas oferecida aos cursos de Química e Farmácia. Há também a necessidade de atender a demandas específicas das pesquisas desenvolvidas nos laboratórios de pós-graduação do departamento.

As aulas práticas e as pesquisas dependem da utilização desses equipamentos e sem os mesmos haverá a impossibilidade de se ministrar algumas disciplinas, causando grandes prejuízos à formação dos alunos de graduação e pós-graduação.

A maioria dos equipamentos solicitados são utilizados por todos os usuários, e somente uma unidade é suficiente. Os demais, solicitados em quantidades maiores, serão utilizados concomitantemente, por isso a necessidade de obtenção de mais de uma unidade.

O **Instituto de Química / Departamento de Química Analítica** nos informa em sua requisição que a contratação do material solicitado nesta demanda irá, em primeiro lugar, proporcionar uma melhoria substancial na qualidade das aulas práticas das disciplinas envolvidas, além de promover segurança laboratorial e qualidade da água utilizada nas análises, promovendo um resultado das análises com o mínimo de interferências, o que deverá motivar os estudantes no aprendizado. Vale ressaltar que a quantidade dos equipamentos são insuficientes ou inexistentes para o bom andamento das aulas atualmente. Sendo que a Química uma ciência essencialmente experimental, é necessário que a Universidade proporcione o máximo de oportunidade para os alunos conhecerem e utilizarem equipamentos que serão utilizados rotineiramente na sua vida profissional. Com a consolidação dessa contratação pretende-se minimizar a lacuna que atualmente ocorre nas disciplinas experimentais no que tange a falta de equipamentos e suporte para a execução dos experimentos, o que de certa maneira frustra estudantes e servidores que estão envolvidos nessas aulas.

Tratam-se de equipamentos essenciais utilizados na na execução das aulas práticas pelos discentes, nas disciplinas ofertadas pelo DQA (IC609-Química Analítica Experimental I, IC611-Química Analítica Experimental II, IC375- Técnicas Analíticas Experimentais, IC671-Análise Qualitativa Experimental, IC670-Análise Quantitativa Experimental, IC668-Técnicas Analíticas

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

Experimentais e também serão materiais utilizados a partir de 2022 para as disciplinas que estão em fase final de tramitação de criação ("Princípios de Química Analítica Aplicada" e "Preparação de Amostras") para os discentes dos cursos de graduação em Agronomia, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Engenharia de Materiais, Engenharia Química, Farmácia, Geologia, Química Integral, Química Noturno e Zootecnia, ministradas no primeiro e segundo semestre de cada ano. Essas disciplinas acima mencionadas contemplam em média 500 alunos por semestre.

Como a Química é uma ciência essencialmente experimental, os equipamentos solicitados nessa demanda serão utilizados pelos discentes na execução de muitos experimentos, como na análise gravimétrica, onde uma das etapas de análise é a secagem do material, que necessita de estufa e forno mufla, dependendo do tipo de produto formado. O agitador magnético com controle de temperatura mais elevada é necessário para o preparo de diversas soluções. O aparelho purificador de água é necessário para se obter uma água de qualidade, para não interferir nos resultados dos experimentos, visto que a qualidade da água recebida pela distribuidora de água da cidade não possui grau analítico. As centrífugas para tubos de ensaio são fundamentais para a separação da solução na análise qualitativa de cátions e ânions. O digestor de laboratório é fundamental para a abertura de amostras, promovendo sua dissolução. A capela de exaustão de gases é necessária para o preparo de muitas soluções, visto que os reagentes concentrados muitas vezes são voláteis e perigosos de se manipular fora da capela, ou seja é um equipamento fundamental para a segurança dos servidores e estudantes no laboratório. O espectrofotômetro é um equipamento essencial na análise de diversas amostras que estão no rol de aulas práticas. Dessa forma, com o intuito de racionalizar a aprendizagem dos discentes nas operações de preparo de soluções, secagem de analitos, controle da qualidade da água e segurança laboratorial, o uso das técnicas espectrofotométricas e gravimétricas de análise irá contribuir de maneira essencial na formação acadêmica dos estudantes na análise química.

A quantidade solicitada de equipamentos foi baseada no número de alunos atendidos por turma e por disciplina prática pelo DQA, além do número de experimentos executados por aula. No presente momento a quantidade desses equipamentos são insuficientes ou inexistentes para o bom andamento das aulas, assim como para fazer o controle de qualidade da água, das soluções e da execução das análises com os referidos equipamentos dessa demanda, o que fomenta uma diminuição da qualidade da aula. Vale ressaltar que além do quantitativo de estudantes atendidos (em média 500 por período), o uso contínuo destes equipamentos para fins didáticos acarreta num desgaste mais acentuado, ocasionando uma diminuição da vida útil, apesar de todocuidado que se tenha na utilização e manutenção destes equipamentos.

O Instituto de Educação / Departamento de Educação Física e Esportes informa em sua requisição que os equipamentos solicitados irão auxiliar na transmissão e assimilação do conteúdo apresentado nas aulas e irá ajudar no desenvolvimento das habilidades práticas e na formação profissional do aluno. Estes equipamentos representam um recurso fundamental na

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

formação do aluno nas áreas de fisiologia do exercício 1, fisiologia do exercício 2 e bioquímica do exercício.

A quantidade solicitada está abaixo do desejado visto que temos um curso com 580 alunos matriculados e em cada disciplina vinculada aos equipamentos atenderá cerca de 200 alunos/semestre.

O **Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde – ICBS** informa em seu DFD que esta aquisição se justifica pela necessidade de fornecer aos Departamentos materiais necessários à realização de atividades acadêmicas no âmbito do ICBS e também nas atividades previstas nos diferentes projetos de pesquisa.

O **Departamento de Botânica** informa em sua requisição que os materiais solicitados serão utilizados para confeccionar os reagentes utilizados em aulas práticas com as medidas (peso) indicadas pelos protocolos, tendo em vista ser necessário que os reagentes sejam pesados em balança apropriada para se obter o resultado pretendido.

A **Divisão de Saúde** informa em sua requisição que o material solicitado é para atendimento do ambulatório, urgências e emergências da Divisão de Saúde. Também nos é informado que os materiais solicitados serão utilizados nos atendimentos de morbidade e comorbidade dos usuários a fim de diminuir ou extinguir os riscos à saúde no seu atendimento primário e emergencial a saúde.

O **Instituto de Biologia / Departamento de Genética** nos informa em sua requisição que os materiais solicitados serão utilizados para atender a 11 professores geneticistas, além disso, atender aos alunos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e alunos das escolas estaduais.

A UFRRJ é norteada por três vertentes importantíssimas e que não podem ser desassociados para o seu pleno funcionamento e autonomia: ensino, pesquisa e extensão, possuindo autonomia para a gestão de todos os itens listados, respeitando esse princípio, o presente estudo preliminar visa demonstrar a viabilidade da compra dos materiais solicitados pelos requerentes.

A UFRRJ desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão (atividades primárias), além das atividades administrativas (atividades secundárias) que dão o aporte necessário para o atingimento do objetivo da instituição. Dentre o desenvolvimento de suas competências, é necessário o emprego dos mais diversos insumos, sejam eles demandados pelas unidades setoriais ligadas ao ensino ou mesmo ao administrativo.

Os insumos demandados poderão ser utilizados no desenvolvimento de atividades práticas junto aos discentes. Aqueles demandados pelas áreas administrativas, necessários para a manutenção do setor ou mesmo no desenvolvimento das atividades pedagógicas, muitas vezes são usados em comum com as áreas do ensino, otimizando a empregabilidade dos mesmos.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

Assim, a indicação dos itens neste Estudo Técnico Preliminar possuem aplicabilidades diversas na instituição, podendo ser empregados nas práticas de ensino e no desenvolvimento de atividades do ensino, da pesquisa ou da extensão no preparo do discente para o desempenho de atividades voltadas à prática profissional, bem como no atendimento das demandas administrativas necessárias à manutenção da instituição.

Para o segmento de pesquisa, o foco será no atendimento dos cursos de pós-graduação da Universidade, cursos esses que são responsáveis por mais da metade da produção científica produzida pela UFRRJ. Os cursos de pós-graduação são pautados no ensino só que sumariamente em pesquisa científica de alta qualidade, a compra dos itens visa atender necessidade de diversos laboratórios disponíveis da UFRRJ e como auxílio da produção das dissertações, teses e artigos científicos produzidos por esses cursos. De acordo com o *Web of Science*, 95% produção acadêmica científica brasileira é oriunda de Universidades Públicas, sendo a UFRRJ participante desse cenário, enquadrando-se na **42º posição em um ranking de 100 universidades**. Tal fato, evidencia a importância da UFRRJ no cenário científico brasileiro e de como a compra dos itens visam atender necessidades estratégicas e institucionais.

E continuidade ao segmento de pesquisa, vale ressaltar que a Universidade disponibiliza bolsas de IC (Iniciação Científica) para alunos de graduação, atualmente há um quantitativo de trezentos alunos bolsistas de IC de diversas modalidades, resultando na produção em média de setecentos artigos que são expostos na RAIC – Reunião Anual de Iniciação Científica.

Por fim, vale indicar que no que abrange a extensão, os itens pertencentes a esse grupo auxiliarão para a execução plena dos projetos cadastrados junto a PROEXT, além de realizar o papel sócio educacional da UFRRJ com as comunidades do entorno.

Com isso, a compra dos equipamentos citados nesse estudo preliminar, visa atender as pesquisas científicas produzidas e melhorar de forma significativa a qualidade das aulas ministradas na UFRRJ.

Os quantitativos apresentados foram informados pelas Direções dos Institutos e Departamentos da UFRRJ, baseando-se em pesquisas feitas com seus departamentos e coordenações. A não aquisição ou atraso poderá afetar de forma direta o funcionamento das atividades primordiais da UFRRJ, causando impactos negativos na produção científica bem como na qualidade do ensino.

Alguns destes materiais poderão ser utilizados de maneira isolada ou em conjunto com outros materiais e também esperamos com esta aquisição melhorar a qualidade dos egressos dos diferentes cursos da UFRRJ.

Sugerimos pela realização de Pregão Eletrônico na modalidade Sistema de Registro de Preços, pois este processo enquadra-se nas seguintes hipóteses do art. 3º do Decreto n.º 7.892/2013:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

II - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (item facultativo):

A contratada deverá fornecer os bens solicitados em perfeito estado de conservação e conforme descrição do processo de compra. Desta forma, a contratada deve possuir produtos de qualidade em consonância com as normas técnicas e com o padrão de qualidade encontrado nas grandes empresas de fornecimento de produtos laboratoriais.

A equipe de planejamento entende que para a aquisição do(s) produto(s) tem-se como apropriada, ao verificarmos que o(s) material(is) em questão referem-se a produto(s) com ampla disponibilidade no mercado, sendo possível sua aquisição em qualquer tempo, passíveis de padronização, ou seja, não estão a exigir grandes inovações ou variações em suas características para que possam vir a atender a necessidade da Administração. Assim temos que o(s) material(is) em questão podem ser definidos como comuns, uma vez que objetivamente definidos por meio de especificações comuns do mercado, atendem então as disposições contidas no § 1o do art. 2o da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002.

A solução escolhida, para que seja eficaz, deverá atender minimamente aos seguintes requisitos, por parte do fornecedor:

Sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental podemos informar que:

- De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:
 - I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

- II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócio-ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

Também são requisitos para esta contratação que a empresa contratada atenda as especificações técnicas contidas neste Estudo Técnico Preliminar, assim como as normas ABNT e demais normas legais que envolvam esta contratação.

Todos os itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar, bem como seus componentes, deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes a cada item (no que couber).

Da garantia que deverá ser prestada pela empresa:

Considera-se sinistro toda e qualquer anormalidade no funcionamento ou incapacidade de funcionamento do equipamento adquirido pela Contratante, no que refere-se a perda de rendimento, prejuízo no funcionamento de outros equipamentos acoplados, incapacidade de funcionamento, funcionamento em desacordo com as normas de fabricação, defeitos de fabricação preexistente, vícios redibitórios ou qualquer outra denominação que façam presumir que o equipamento adquirido está em desacordo com as normas técnicas de fabricação combinando inclusive com as especificações estipulas em Edital.

Nos casos em que o objetivo da garantia seja a reparação do BEM: A Contratada garante até o limite máximo do valor do produto o serviço de reparo (mão-de-obra e peças), necessário para garantir seu funcionamento e/ou uso de acordo com as condições do fabricante do produto. A Contratada pode, a seu exclusivo critério, decidir pela substituição do BEM por um produto novo de mesma marca e modelo ou superior desde que exista anuência da Contratante ou pela indenização correspondente em espécie.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

Nos casos em que o objetivo da garantia seja a troca do BEM: A Contratada garante até o limite máximo do valor do produto, a substituição do bem segurado por um produto novo de mesma marca e modelo ou superior desde que a Contratante aprove, ou a indenização correspondente em espécie.

Nos casos de indenização: Na ocasião do sinistro, e não haver a descontinuidade de sua fabricação ou de mesma marca ou modelo ou superior do BEM garantido, será estipulado um prazo pela Contratante para indenização correspondente em espécie.

Estão cobertos pela garantia originada deste Contrato:

Qualquer custo relativo a defeitos ocorridos em BENS que estejam dentro do prazo de GARANTIA ORIGINAL DO FABRICANTE independentemente do FABRICANTE honrar ou não a garantia, bem como os defeitos que o FABRICANTE tenha divulgado nos meios de comunicação para que pudessem ser sanados às suas custas (“recall”), por força da Lei, condenação judicial ou não, mesmo após o término do prazo de GARANTIA ORIGINAL;

Danos causados pela CONTRATADA por transporte, limpeza, reparação, remoção, instalação ou restauração do BEM GARANTIDO, nas dependências da Contratante ou fora dela;

Qualquer componente de fabricação nacional que possuam ASSISTÊNCIA TÉCNICA autorizada ou não, em vista do funcionamento imperfeito relacionada ao BEM GARANTIDO;

Qualquer componente de fabricação estrangeira que não possua ASSISTÊNCIA TÉCNICA de fabrica no Brasil no que tange a peças ou mão-de-obra relacionada ao BEM GARANTIDO;

Defeito pré-existente ocorrido dentro do período de entrega e instalação;

Bens cujos números de série ou outro tipo de identificação, tenha seu levantamento impossibilitado devido a deficiência na gravação;

Na montagem ou na instalação do bem for feitas pela Contratada, as despesas de diagnósticos, montagem e desmontagem, quando nenhum defeito for encontrado;

Custo de instalação, montagem ou colocação do produto, bem como os defeitos causados pela falha de projetos ou instalação, colocação ou erros na montagem do BEM e/ou na retida e transporte do mesmo, será por conta da Contratada;

Todos as despesas referente a garantia, como retirada/entrega nas dependências da Contratante, bem como o envio ao fabricante serão por conta da Contratada, não gerando ônus à Contratante.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

Da Assistência Técnica

A validade / garantia mínima dos produtos será de no mínimo 12 (doze) meses, a partir data do atesto da nota fiscal.

Fica a contratada obrigada a manter a garantia/validade mínima dos produtos exigida neste edital, sob pena das sanções legais aplicáveis, sendo ainda, lhe imputando a contratada os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com o especificado no Edital e no presente Termo de referência.

A Contratada deverá garantir a qualidade dos equipamentos, e que estes após a entrega, possuam a garantia mínima exigida de 01 (um) ano, a partir da data de entrega dos equipamentos, imputando-lhes os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com o especificado, caso não seja possível à troca, tudo a encargo da mesma.

A Contratada deverá oferecer manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia dos equipamentos, ou seja, durante 01 (um) ano.

III - Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções (item facultativo):

Após consulta ao mercado fornecedor, em contratações similares de outros órgãos (pesquisa e análise das soluções encontradas por outros órgãos), identificação da real necessidade de aquisição do bem e pesquisa em contratações anteriores da UFRRJ, concluímos que esta solução é a mais adequada para atendimento da nossa solicitação.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução (item obrigatório):

Conforme explicitado no item 1 do presente Estudo Técnico Preliminar, as demandas apresentadas atenderam aos cursos de graduação, pós-graduação e setores que prestam assistência em geral na UFRRJ.

Com isso, em atendimento ao PDI 2018-2022 da UFRRJ, a aquisição dos itens visa atender as principais atividades da Universidade e para o pleno funcionamento da mesma e assim, atender as metas propostas para o quadriênio (2018-2022). Além do atendimento ao PDI, a solução como um todo é pautado na Deliberação UFRRJ N^o15 de 23/03/2012, artigo 2^o, § 3^o, nos itens I, II e III que se refere a autonomia gestão financeira, patrimonial e de recursos da Universidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PPRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

A aquisição destes materiais também se faz necessária para o desenvolvimento de algumas atividades de ensino, através das aulas práticas.

As quantidades solicitadas apresentam-se em consonância com as necessidades dos diversos setores envolvidos e o quantitativo estimado para esta licitação está baseado no histórico de consumo de exercícios anteriores, e nas expectativas de consumo previstas com a implantação de novas metodologias e no aumento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme informações prestadas pelos diversos requerentes e constante em seus DFDs e Formulário Complementar a Requisição.

Os produtos ofertados pelo licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas nos artigos 12, 13 ,17 a 27 e 39, VIII, da Lei nº 8.078/90. A administração rejeitará todos os produtos entregues em desacordo com o solicitado, fora da especificação, com latas amassadas ou embalagens furadas, rasgadas entre outros defeitos.

Os bens físicos objeto deste Termo, bem como seus componentes, deverão ser originais de fábrica e novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e deverão ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e estar, comprovadamente, dentro das especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes a cada item (no que couber).

Para os produtos que tenham etiquetagem compulsória emitida por Portaria do Inmetro, só será admitida a oferta do bem que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), com classe de eficiência “A” (atenção para a ressalva indicada anteriormente).

Só será admitida a oferta de aparelhos eletrodomésticos que possuam Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994 e legislação correlata.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (item obrigatório):

A estimativa de uso de todos os itens é para exercício 2022, este quantitativo foi originado com base de necessidade de cada SETOR REQUISITANTE, atendendo suas demandas de ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ.

A estimativa de cada Setor Requisitante está respaldada nos diferentes usos do material solicitado em diferentes setores da UFRRJ, e com diferentes finalidades, ou seja, para ensino, pesquisa e extensão.

Em atenção ao artigo 3º, do Decreto 7.892/2013, o quantitativo do material requisitado leva em consideração o atendimento das necessidades da Administração, dentro do período de 12 (doze) meses – período máximo da vigência da Ata de Registro de Preços – inclusive o atendimento de situações imprevisíveis, tendo em vista que a Ata de Registro de Preços não permite qualquer aditivo.

A estimativa das quantidades foram indicadas, no formulário de solicitação da demanda, pelos requerentes responsáveis por realizar o planejamento de compras de sua unidade, levando-se em consideração os seguintes parâmetros:

- i. O histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de contratos pactuados no período, para atendimento as respectivas unidades;
- ii. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação das quantidades demandadas;
- iii. Público de usuários lotados ou em circulação nas instalações das unidades;
- iv. Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (item obrigatório):

Para a obtenção do valor estimado da contratação, foi utilizada como metodologia a MÉDIA dos valores coletados na pesquisa de preços, conforme documentos em anexo.

Conforme orientação do art. 5º da IN 73/2020 SLTI/MPOG e suas alterações, utilizou-se os seguintes parâmetros para a realização da pesquisa de preço:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/panneldeprecos;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os

orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável (item obrigatório):

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Para o objeto em questão o critério de aceitação poderá ser o de menor valor por item, pois não há prejuízo ao conjunto da solução e os mesmos são ofertados por diversas empresas no mercado.

A teor do inciso IV do art. 15 da Lei 8.666/93, as contratações públicas devem observar, sempre que viável, o princípio do parcelamento do objeto, o qual pode ser formal ou material. Porém, o cumprimento de tal princípio deve orientado, basicamente, em três fatos distintos: natureza do objeto, economicidade e gestão do objeto.

Assim sendo, verifica-se aqui que, tecnicamente, o escopo contratual é divisível. Segundo Súmula nº 247, o parcelamento é a regra, a menos que haja justificativas técnicas ou econômicas, unicidade do objeto, inviabilidade operacional e dificuldade de se atribuir futuras responsabilidades, perda da economia de escala ou aumento no custo final).

Essa decisão foi tomada tendo considerado que há 4 métodos para proceder o parcelamento do objeto da licitação:

- a) realização de licitações distintas, uma para cada parcela do objeto (parcelamento formal);
- b) realização de uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em um lote (ou grupo de itens) distinto (parcelamento formal);
- c) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que as licitantes disputem o certame em consórcios (parcelamento material);
- d) realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica do objeto (parcelamento material).

Dentre os métodos analisamos entendemos que o parcelamento material sugerido no item "a", é o que se ajusta ao objeto pretendido.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes (item facultativo):

Não foram identificadas contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

IX - Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão (item obrigatório):

De acordo com a **Deliberação da UFRRJ nº 15 de 23 de março de 2012, Art. 2º** – A Universidade, com autonomia administrativa, didático-científica e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, é regida pela legislação federal pertinente, pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral e demais normas subsidiárias que com esses não conflitem. § 1º – A autonomia administrativa consiste em: I – elaborar e reformar o próprio Estatuto e o Regimento Geral; II – aprovar os regimentos de suas unidades; III – normatizar os processos de escolha de dirigentes. § 2º – A autonomia didático-científica consiste em: **I – estabelecer sua política de ensino, de pesquisa, de extensão, de desenvolvimento de produtos e processos, de inovação tecnológica e de prestação de serviços à sociedade;** II – criar, organizar, modificar e extinguir cursos, observadas as exigências do meio social, econômico e cultural; III – estabelecer os projetos pedagógicos dos seus cursos; IV – estabelecer o seu regime escolar e didático; V – fixar critérios para seleção, admissão, avaliação, habilitação e transferência de alunos; VI – conferir graus, diplomas, títulos e dignidades universitárias; VII – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio social, econômico e cultural. § 3º – A autonomia de gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste em: **I – administrar seu patrimônio; 3 II – gerir subvenções, doações e legados, cooperação financeira e patrimonial proveniente de convênios com entidades públicas e privadas; III – elaborar seu orçamento de acordo com as necessidades da Instituição; IV – administrar seus recursos orçamentários e financeiros.**

Pelo fato da Universidade possuir autonomia de gestão, o presente estudo está pautado no envio de necessidades dos gestores informados através dos documentos oficiais de formalização de demanda. Com isso, a referência se pauta no planejamento de compras realizado em anos anteriores e no enquadramento da Instrução Normativa 01/2018 do MPDG para o planejamento de contratações de 2022.

Entendemos que a contratação pretendida está alinhada aos planos instituídos pela UFRRJ e com respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico de demanda para compra de bens / insumos / materiais a serem utilizados no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2022.

X - Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável (item facultativo):

Os resultados pretendidos são:

I) Atender de forma plena as demandas de todos os setores requisitantes, de forma que não haja prejuízos;

II) Atender pilares basilares da Universidade, sendo eles: pesquisa, ensino e extensão

a. Para pesquisa: atender as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, como forma de auxiliar as aulas práticas dos cursos, bem como as pesquisas realizadas no âmbito da Universidade, além de promover um ambiente técnico adequado as particularidades de cada curso, laboratório e pesquisa;

b. Para Ensino: atender as demandas das aulas práticas, promovendo o ensino de qualidade para a formação de bons profissionais e pesquisadores.

c. Para extensão: atender as demandas dos projetos cadastrados na PROEXT, bem como integrar comunidade acadêmica com comunidades ao entorno da UFRRJ. Promovendo impactos positivos socioambientais e sócio educacionais, promovendo o bem-estar, a cultura e lazer de todos.

III) Promover e fortalecer a identidade e nome da UFRRJ, para que a mesma se torne centro de referência em pesquisa e ensino, além de gerar impactos a nível nacional na Educação Superior;

IV) Atender as demandas dos setores administrativos da UFRRJ que trabalham em cooperação para a promoção de um ensino e pesquisa de qualidade;

V) Por fim, gerar valor positivo na Instituição e além do pleno funcionamento dos espaços físicos, dos recursos humanos e tecnológicos dispostos pela UFRRJ.

Também podemos elencar entre os benefícios diretos e indiretos que a UFRRJ almeja com a esta aquisição:

Adquirir de forma mais vantajosa para a instituição materiais que supram a necessidade institucional, atendendo os requisitos ambientais e econômico-financeiros;

Evitar aquisições por meio de dispensa de licitação;

Garantir o atendimento das demandas assistenciais, de ensino e pesquisa, atendendo da melhor forma possível os usuários e servidores da UFRRJ.

XI - Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização (item facultativo):

A presente contratação não necessita de readequação de estrutura física e já existem profissionais qualificados para analisar e receber os materiais solicitados, de forma a verificar se todas as especificações técnicas e exigências foram cumpridas.

XII - Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento (item facultativo):

Para mitigar possíveis impactos ambientais esta administração observará e cobrará integralmente da contratada o cumprimento da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A empresa deverá reconhecer seu compromisso sócio-ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa Ibama nº 31, de 03 de dezembro de 2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.”

Na aquisição de itens enquadrados no Anexo II da Instrução Normativa Ibama nº 31, de 3 de dezembro de 2009, o pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa Ibama nº 31, de 3 de dezembro de 2009, e legislação correlata.

A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao site do Ibama, imprimindo-o e anexando-o ao processo.

Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá

apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

A comprovação de atendimento dos critérios de sustentabilidade poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação (item obrigatório):

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação desta solução, ou seja, da compra dos materiais farmacológicos mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Equipe de Planejamento da Contratação

Considerando que os processos de compras são multicampi e considerando ainda que há uma responsabilidade solidária das pessoas que elaboraram o Documento de Formalização da Demanda, entendemos que há a necessidade de estarmos inteiramente a disposição para quaisquer esclarecimentos acerca dos aspectos técnicos e/ou de uso que envolvam a descrição dos itens constantes neste documento.

Atestamos a veracidade das informações relativas à necessidade, finalidade e estimativa dos materiais requeridos. Declaramos ainda que o Documento de Formalização da Demanda-DFD está de acordo com a legislação vigente que rege a matéria, devendo o mesmo fazer parte integrante do Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência e que mesmo que não haja a designação formal entendo fazer parte da Equipe de Planejamento com os demais requisitantes que comporão um processo único de aquisição dos itens descritos no DFD, ETP e TR.



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros
Departamento de Material e Serviços Auxiliares

ANEXO II

Minuta da Ata de Registro de Preço

N.º

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com sede no(a) BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 29.427.465/0001-05, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Assuntos Financeiros, Nilson Brito de Carvalho, nomeado(a) pela Portaria nº 816/2020 - GABREI de 27 de fevereiro de 2020, publicada no D.O.U. de 2 de março de 2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº/20**, publicada no de/...../20....., **processo administrativo n.º 23083.077000/2021-63**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **Equipamentos de Laboratório**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de **Pregão nº 86/2022**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. *O órgão gerenciador será a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.*

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.
- 8.3. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.*
- 8.3.1. *contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou*
 - 8.3.2. *contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances*
- 8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexa esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão social e CNPJ:

Telefone:

Pessoa para contato:

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS E PREÇOS

Item	Descrição	Marca	Modelo	Qtde.	Prazo de Garantia	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

3. ENTREGA

O prazo de entrega será de **30 (trinta) dias** após o recebimento da Nota de Empenho (NE), sempre que necessário, até o limite da vigência da Ata de Registro de Preços.

4. VALIDADE DA PROPOSTA

Não inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

5. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)

Ass.: _____



**Ministério da Educação
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2022

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ:

FONE/FAX:

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 86/2022**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 5º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (e suas demais atualizações).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa se enquadre nesta condição (Instrução Normativa nº 6, de 24 de março de 2014; Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 e Instrução Normativa nº 12, de 20 de agosto de 2021).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 20__.

Nome: _____

RG/CPF: _____



Emitido em 26/10/2022

EDITAL N° 756/2022 - AssDMSA (12.28.01.00.74)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/10/2022 08:05)

ALEXANDRO JUSTINO LEONCIO

COORDENADOR - TITULAR

AssDMSA (12.28.01.00.74)

Matricula: 2010167

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número:
756, ano: **2022**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **26/10/2022** e o código de verificação: **fdeb85daee**



Emitido em 01/11/2022

EDITAL N° 791/2022 - PROAF (12.28.01.11)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 01/11/2022 20:42)

FABIO IZIDORO DA SILVA

PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A) - SUBSTITUTO

PROAF (12.28.01.11)

Matrícula: 2208668

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número:
791, ano: **2022**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **01/11/2022** e o código de verificação: **a60721f9c2**